

 **Ação Educativa**
Documentação
Código: UNP 072
Data: 09.04.97

CE01 EDUCAÇÃO POPULAR E
ESC. POPULAR
documentação
N.º 6
Data: 09.04.97

USO NO PROGRAMA

CONDIÇÕES E EFEITOS EDUCATIVOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Elie Ghanem *

São Paulo, abr. 1997

* Coordenador da área de Ações Coletivas e Políticas Públicas da Ação Educativa -
Assessoria, Pesquisa e Informação

Condições e efeitos educativos dos movimentos sociais no Brasil

Um requisito para compreender as atividades educacionais dos movimentos sociais no Brasil, como de resto em outros países, é expôr o sentido atribuído à noção de movimento social. Apesar da abundante literatura existente sobre movimentos sociais (produzida inclusive no Brasil) e do uso recorrente dessa expressão no debate político, falar sobre eles requer um mínimo de explicitação daquilo a que estamos nos referindo¹. Simplesmente abarcar toda e qualquer ação orientada de grupos sociais com aquela expressão implica uma generalização útil à fluência dos discursos mas não contribui em nada na busca de compreensão dos significados daquelas ações. Com esta simplificação, alguns consideram satisfatória a idéia de que a junção entre um grupo social e um problema se transforma em movimento social quando uma situação social vivida em comum se associa a uma vontade coletiva para enfrentá-la, produzindo uma pauta de reivindicações que dá coesão ao grupo².

A insuficiência de idéias como esta se mostra, por exemplo, no tema da mudança social, usualmente associado ao debate sobre movimentos sociais. Aquele tema obriga que se faça ao menos um corte entre os processos sincrônicos (referidos a um mesmo sistema social) e os diacrônicos (que se referem à passagem para um outro sistema social). Ambos os processos opõem pretensões contrárias de uso dos recursos e dos valores culturais. Numa acepção mais restrita, chamaremos movimentos históricos àqueles que conduzem processos diacrônicos de mudança social (Touraine, 1989). Reservaremos a designação de movimentos sociais aos que se referem a processos sincrônicos de disputa das grandes orientações de um dado sistema social. Sob essas grandes orientações, outras ações podem incidir sobre o sistema político, constituindo grupos de pressão política. Outras, ainda, ocorrem no nível das organizações e são marcadas pelas relações de reciprocidade em torno de normas definidas a partir das diretrizes emanadas do sistema político. Fique claro que um movimento social pode combinar também (e geralmente o faz) a atuação no nível organizacional com pressões políticas. De toda maneira, deste ponto de vista, analisar um ou alguns movimentos sociais requer, preliminarmente, que se saiba se as ações examinadas podem ser catalogadas sob esse conceito.

¹ Dentre as diversas linhas teóricas de análise dos movimentos sociais, uma que nos parece de grande proveito é a desenvolvida por Alain Touraine no campo da sociologia da ação. Neste artigo, procuramos nos basear nas idéias deste autor.

² Uma interpretação entre várias deste tipo pode ser encontrada em GHON (1992).

Por isso, falar sobre o que faz um movimento social e estabelecer juízos a respeito requer identificar se a ação em questão é um movimento social e não tomá-la como tal *a priori*. Pelo menos que tipo de problema está posto, que imagem o grupo faz de si e como define seu opositor são critérios básicos que, conforme a configuração de cada um e a combinação entre eles, implicará na variação de significados que as ações coletivas orientadas podem adquirir. Como a maior parte das ações coletivas que serão mencionadas aqui não foram previamente submetidas à análise, obrigamo-nos a fazer o que não é recomendável, ou seja, pressupor são classificáveis em um determinado conceito.

No caso do Brasil, é importante lembrar que a imposição de mais de vinte anos de regime militar (1964-1984), que comandou um período de desenvolvimento acelerado e de modernização, fez com que se somassem novos problemas sociais àqueles que já se acumulavam historicamente, ao mesmo tempo em que colocou toda sorte de obstáculos à expressão dos interesses e aspirações que se multiplicavam entre os grupos da sociedade civil. Dado o fechamento do sistema político, o acúmulo daqueles interesses reprimidos, malgrado a sua variedade, fez com que eles convergissem na pressão pela abertura do sistema, assumindo rapidamente um caráter político e uma conotação democratizadora.

Nas várias apreciações que se fizeram sobre esse processo, encontram-se aquelas que supõem que os movimentos sociais protagonizaram a democratização brasileira das últimas duas décadas. Outros autores, sem necessariamente menosprezar a presença desses movimentos, ou mesmo conferindo a eles uma grande importância na dinâmica daquele processo político, entendem que os principais condutores da abertura foram grupos de pressão política articulados em partidos (Cardoso, 1985), boa parte desses grupos com origem social nas classes superiores, economicamente privilegiados e, inclusive, os com orientação francamente conservadora.

Seja como for, as lutas pela abertura de um sistema político fechado levaram à inclusão de um variado leque de grupos numa identidade coletiva oposicionista, simultaneamente à elaboração de outras identidades coletivas particulares características de cada um daqueles grupos. Há quem interprete essa construção de um *nós*, no processo de formação de identidades, como o traço distintivo da dimensão educativa dos movimentos, coincidindo com uma "consciência ativa", que teria levado ao "aprendizado da organização e da participação".

Porém, para pensar sobre a dimensão educativa dos movimentos, parece conveniente referir alguns aspectos caracterizadores que os contextualizam e lhes conferem algumas peculiaridades. Primeiro, distinguir dinâmicas que têm lugar nas áreas urbanas das que se localizam na zona rural. Segundo, apontar duas linhas de atuação - em nossa opinião, fortemente relacionadas com processos modernizadores - que atravessam as ações observadas naquelas duas dinâmicas, particularmente as que dizem respeito às preocupações étnicas (sobretudo da população negra) e de gênero.

A emergência dos movimentos de grupos populares observada durante a crise do regime militar, no final dos anos 70, ocorre também num momento em que já se tinham sedimentado importantes transformações econômicas e sociais, uma vez que os governos militares acentuaram a consolidação do parque industrial e da urbanização. Se no final dos anos 50 a maioria da população era rural, essa situação se inverteu e, trinta anos depois, mais de 70% dos habitantes vive em áreas urbanas. O processo de industrialização se deu paralelamente ao de urbanização, sendo que, em muitos casos, foram processos dissociados. É neste cenário que surgem como problemas sociais as relações trabalhistas pautadas pelos operários (sobretudo metalúrgicos) dos principais centros industriais, assim como as lutas por equipamentos e serviços estatais requeridos pela vida nas cidades. Entre aquelas lutas, alinharam-se as que reivindicavam creches, escolas, unidades de saúde, alfartamento de ruas, saneamento (água e esgoto), eletricidade e iluminação pública, policiamento e, na base de muitas destas lutas, a reivindicação por moradias populares. Estima-se um déficit de 10 milhões de habitações no País e, somente na cidade de São Paulo (com cerca de 9,5 milhões de habitantes), 1 milhão de moradores de favelas e 3,5 milhões que habitam em cortiços³, não obstante seja o município mais rico da Federação. Esse conjunto de problemas se torna particularmente agravado por uma enorme desigualdade na distribuição de renda, amplamente reconhecida como uma das piores do mundo.

Nas zonas rurais, dois tipos de movimentos se sobressaem, os relacionados aos direitos das populações indígenas e os que enfrentam o latifúndio. Ambos têm por base a estrutura fundiária altamente concentradora. Dos seis milhões de estabelecimentos agrícolas, metade são pequenas propriedades, estas somam 10 milhões de hectares (2,69% do solo utilizável). As grandes propriedades abarcam 165 milhões de hectares (44% do solo), entre estas, as

³ Cortiços são habitações coletivas, freqüentemente são casas grandes e muito antigas em que cada cômodo é alugado para uma ou mais famílias. Em alguns cortiços chegam a morar trinta famílias.

que têm mais de mil hectares aproveitam 6,7% de sua área. Os 61 latifúndios com mais de 100 mil hectares aproveitam apenas 0,14% de sua área. Uma tal concentração de propriedade faz com que aqueles dois tipos de movimentos pareçam, à primeira vista, corresponder apenas à barbárie de um mundo rural atrasado. Mas, no caso dos povos indígenas, o problema essencial do direito à terra se cruza com a temática do auto-desenvolvimento cultural e com a da preservação ambiental. No caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, presente em todo o Brasil), o problema da concentração da propriedade agrária se relaciona de forma aguda com um dos setores mais dinâmicos da economia, o sistema bancário, dado que extensões de terra fantásticamente grandes constituem reservas de valor para hipotecas, empréstimos e especulação financeira. Em última instância, estes interesses sustentam a preservação de uma estrutura fundiária tão injusta.

De um modo geral, as lutas que predominam no cenário nacional não são próprias de um quadro de relações sociais estruturadas, que corresponderia a movimentos sociais, cujos conflitos colocam em debate exatamente a oposição inegociável sobre as orientações de um conjunto social estruturado. São lutas que, antes, tratam de conformar um conjunto estruturado, no qual a questão central é definir se o desenvolvimento e a sociedade que se estabelecerá em torno dele serão ou não mais inclusivos e igualitários, se manterão ou ampliarão os contingentes de milhões de pessoas marginalizadas. Conceitualmente, as lutas predominantes compõem movimentos históricos e não movimentos sociais. Não se trata, por exemplo, de saber se a política industrial e a gestão das empresas será orientada para favorecer a produção bélica ou a de alimentos, mas se a atividade empresarial poderá se expandir incorporando a maioria da População Economicamente Ativa, pois, mais da metade desta se encontra na chamada economia informal. As relações de trabalho regulamentadas não são assoladas principalmente pela preocupação com as taxas de exploração do trabalho, mas com a possibilidade de integrar pessoas em relações de exploração, já que, estando fora destas relações, os seres humanos são simplesmente descartados. É fácil perceber isto quando se constata que, entre os movimentos com grande colocação na opinião pública, encontraram-se o movimento em defesa da criança e do adolescente (cujo problema essencial é simbolizado pelos meninos e meninas *de rua*), o movimento dos trabalhadores *sem terra*, ou ainda a Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (campanha contra a fome), em suma, referem-se a grupos sociais que não dispõem das mínimas condições para existir, na cidade ou no campo.

Este conjunto de movimentos marcou claramente a história recente do País. Não obstante, uma vez iniciada a abertura e com a gradativa formação de um sistema institucional democrático, reconquistadas as liberdades fundamentais e consagrados importantes (até inovadores) direitos sociais na Constituição de 1988 e em outros textos legais, tornou-se cada vez mais difundida a percepção de um refluxo e mesmo de uma “crise dos movimentos sociais”, às vezes considerada conjuntural conforme o enfoque de quem a avalie.

De nossa parte, entendemos que são movimentos históricos, enfrentando uma situação de crise e um momento de especial adversidade. Três aspectos deste cenário devem ser ressaltados. Um deles é que boa parte de seus líderes está dividida entre idéias nas quais se formaram como militantes, próprias de teorias revolucionárias (cuja meta é sempre destruir uma ordem) e exigências da prática política em um sistema institucional democrático, regulado por normas legais, uma ordem da qual têm necessidade e têm que preservar, sobretudo porque tais normas são sistematicamente descumpridas pela inoperância do Estado em prover e garantir direitos sociais. Em segundo lugar, embora seja comum a muitos outros países, o distanciamento dos partidos políticos quanto aos grupos sociais e suas relações é particularmente grave no Brasil, não só para que representem interesses sociais claramente definidos mas para que contribuam para esta definição. É certo que o sistema político tem uma autonomia relativa mas, no Brasil, os governantes se elegeem mantendo um vínculo meramente formal com os partidos, de modo que as plataformas eleitorais são inconsistentes, as informações sobre políticas públicas e a atuação dos governos são insignificantes e o peso dos meios de comunicação de massa (cujo controle é altamente concentrado) é determinante para traçar o perfil dos candidatos e elegê-los. Em terceiro lugar, é inegável o triunfo dos discursos neoliberais e da maneira devastadora como se materializam. Os governos recentes que, a partir de 1994, obtiveram sucesso no controle da inflação (que chegou a ser a segunda maior do mundo, estando atrás apenas da Rússia) e na estabilização monetária, lograram apoio suficiente para iniciativas de reformas que, por um lado, abrem a economia ao mercado externo ameaçando e mesmo destruindo setores inteiros e, por outro, perseguindo a fórmula do “Estado mínimo”, transformam empresas estatais em sucata para justificar programas de privatização, ao mesmo tempo em que executam cortes em gastos sociais, já tradicionalmente pequenos em relação às necessidades.

É neste cenário pouco favorável que os movimentos atuam. Além da sua dimensão educativa, dada pelo envolvimento das pessoas em suas ações e pelo contato com seus militantes, os movimentos adotam múltiplas iniciativas mais

sistemáticas de educação. Estas iniciativas chegaram a tomar a forma mais constante de centros de formação mas, em sua maioria, realizam-se como cursos, seminários, encontros e debates. De modo geral, todos esses movimentos precisam contar com o apoio de ONGs (Organizações Não Governamentais), seja no levantamento de informações e sistematização dos discursos que compõem os conteúdos de suas práticas educativas, seja mesmo no delineamento dos programas educativos e das formas de sua realização. Não são muito mais que 180 ONGs, de portes variados, que se enquadram na definição genérica de entidades civis sem fins lucrativos, com caráter público de “agentes democráticos do desenvolvimento social, econômico e político”. Pesquisa realizada com 145 delas apontou que 34% se dedicavam a alguma forma de educação, denominada educação popular, educação para a cidadania, capacitação ou educação política (Landin, 1994).

Mencionemos apenas algumas das experiências mais significativas de educação ligadas aos movimentos. Registre-se que, no processo de constituição da Central Única dos Trabalhadores (a maior central sindical do País), criaram-se escolas que atenderam tanto a militantes sindicais quanto a participantes de outros grupos e movimentos. Não é desprezível também o papel educativo da própria imprensa produzida pelo conjunto das organizações sindicais que, entre boletins, folhetos e jornais, alcança uma tiragem mensal de cerca de 12 milhões de exemplares. Além das centrais, os diversos sindicatos mantêm programas de formação de militantes e dirigentes. Os temas desses programas variam da capacitação para o gerenciamento de sindicatos até as práticas de negociação com o patronato, elementos de política econômica e processos de globalização, terceirização e políticas sociais.

O MST montou um sistema próprio de formação e seus programas formam tanto militantes e líderes do movimento quanto professores de escolas públicas situadas nas áreas em que houve invasão de terras, nas quais foram organizados acampamentos e assentamentos⁴. Durante pelo menos quatro anos, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua manteve um centro de formação funcionando em três pólos, correspondentes a três regiões do País. Este centro atendia a militantes do movimento assim como demais trabalhadores sociais (denominados “educadores”) relacionados com programas de assistência a crianças e adolescentes pobres.

⁴ Assentamentos são áreas rurais com novos ocupantes, que estão em via de ser seus proprietários, ainda em processo de regulamentação legal.

Os programas de educação indígena refletem a variedade e dispersão dessas etnias (são cerca de 206 povos e 170 línguas), mas em geral se voltam para a formação de professores indígenas tendo em vista que estes promovam a educação escolar bilíngüe. Já os movimentos cooperativistas, como o dos trabalhadores do sisal na Bahia ou dos pescadores de Pernambuco, procuram combinar em suas iniciativas educativas tanto a alfabetização de jovens e adultos quanto a capacitação para o gerenciamento de unidades produtivas.

Há certamente movimentos de mulheres, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, que conquistou o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários e prossegue lutando pelo cumprimento e ampliação desses direitos. Esse movimento, aliás, abrange 100 municípios e envolve cerca de 35 mil camponesas. Mas os grupos feministas dificilmente podem ser considerados um movimento específico porque, a rigor, eles atuam colocando em pauta as desigualdades de gênero no interior dos demais movimentos e de alguns partidos políticos.

A mutação social de grande envergadura que lançou o País na dinâmica urbano-industrial criou novas formas de produção, de consumo e de comunicação. Um processo simultâneo de modernização da cultura (Touraine, 1992) veio a alterar as condutas, inclusive as práticas cotidianas e as relações interpessoais, afetando, portanto, as relações entre os gêneros. É obrigatório reconhecer que, neste processo, os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, jogaram um papel mais importante que os movimentos de mulheres na difusão tanto do questionamento das desigualdades de gênero quanto do direito à diferença, removento obstáculos à afirmação da identidade feminina, por exemplo, das peculiaridades próprias à sua sexualidade.

A atuação dos movimentos de mulheres guarda importantes analogias com a do incontável número de grupos e organizações que compõem o que se convencionou denominar de movimento negro. A maioria destes grupos combina a denúncia à discriminação com a assistência jurídica às vítimas e a atuação para que se constitua uma identidade positiva. Em alguns casos, lutam pelo reconhecimento legal de terras remanescentes de *quilombos* (antigas áreas que, durante o período colonial, eram controladas por escravos fugitivos) - o que também compõe estratégias voltadas para aquela identidade positiva - juntamente com a difusão de uma cultura afro-brasileira, envolvendo principalmente expressões artísticas e práticas religiosas.

→ Como se vê, boa parte das atividades dos movimentos são esforços tendo em vista alterar a opinião pública, por isso, tais atividades têm ao mesmo tempo caráter educativo. O Fórum Nacional contra a Violência no Campo, por exemplo, pretende que a segurança se transforme em assunto público e não apenas estatal. Ele luta para que o poder público reconheça a segurança como direito fundamental de cidadania, inverta o evidente privilégio dado à defesa do patrimônio em detrimento das garantias de vida, supere o corporativismo dos órgãos de Estado, a ineficiência do poder Judiciário e a falência do sistema penitenciário. Embora interprete os meios de comunicação de massa como “criadores e manipuladores de verdades” e “produtores e reprodutores da cultura da violência” e de “concepções antidemocráticas de segurança”, o Fórum vê também aliados em alguns veículos de comunicação, pouco ou mal utilizados pelo movimento. Esta mobilização educativa aspira a um política pública de segurança que conte com participação em sua elaboração e fiscalização, seja democrática (atenda ao conjunto da população), tenha caráter preventivo e não apenas repressivo, adequando a legislação nacional às normas internacionais.

O terreno de um sistema político democrático coloca para os movimentos a necessidade de as categorias específicas que os compõem irem além de interesses particulares, afirmando sua capacidade de formar políticas gerais de reorganização ou transformação da vida social. Assim, seus programas educativos se debatem com duas frentes fundamentais de atuação: modificar a opinião pública e capacitar à elaboração de políticas públicas. Duas frentes que, aliás, perdem muito em eficácia se estiverem dissociadas.

A magnitude destes desafios pode ser apreciada, por exemplo, com os movimentos por moradia, que agregam populações de baixíssima renda e condições correlatas de marginalidade, como acesso deficiente a serviços básicos de saúde e educação. Tais movimentos têm que enfrentar a prática generalizada da especulação imobiliária nos centros urbanos, o poder impressionante do capital imobiliário, a necessidade de reordenamento territorial, de ocupação dos vazios urbanos, de modificação dos ritos processuais jurídicos relativos à propriedade e uso do solo urbano, bem como a compatibilização de políticas urbana, habitacional e territorial.

É compreensível que desafios deste porte sejam enfrentados de maneira incipiente e acidentada. Ilustrativa de diversos outros é a ação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que abrange dez municípios da região de Feira de Santana (estado da Bahia), buscando influir na gestão municipal a partir da mobilização popular durante a elaboração das leis orgânicas (a lei

orgânica do município é a lei maior desta esfera de governo). Paralelamente, o MOC desenvolvia um projeto de capacitação de professores alfabetizadores, envolvendo tanto grupos de base quanto prefeituras e uma universidade estadual. Deste patamar, o movimento procura aumentar sua capacidade de negociação e suprir a necessidade de estabelecer com o poder público uma relação tanto favorável quanto sistemática.

Algumas condições institucionais importantes para a interlocução dos movimentos com órgãos do Estado foram criadas nos últimos anos, na esfera municipal, estadual e federal. Trata-se de diversos conselhos de composição paritária, com representantes governamentais e não governamentais, criados no âmbito do poder Executivo, como, entre outros, os conselhos de assistência social e os conselhos de direitos da criança e do adolescente. Estes últimos, oficialmente, têm a atribuição essencial de definir diretrizes de políticas sociais básicas (como as de saúde e educação). A maioria desta espécie de conselhos tem existência simplesmente formal. Os demais configuram arenas de negociação e, por isto, os programas educativos dos movimentos têm procurado abordar tanto os direitos consagrados na legislação e o funcionamento dos órgãos estatais a eles relacionados quanto os problemas aos quais as políticas setoriais têm que responder (De Tommasi, 1996).

Os movimentos passaram do apelo à autonomia - nos anos 70-80, durante o regime militar - à desorientação, sob o regime democrático. Mas, ao longo da história do Brasil, um traço característico dos movimentos, persistente entre os movimentos contemporâneos, é a sua subordinação às ações do Estado e às intervenções das forças políticas. Daí os muitos casos de limites pouco nítidos entre Estado e sociedade civil. Por muito tempo, o Estado foi sobretudo agente de desenvolvimento econômico. Após a “década perdida” dos anos 90, o Estado perdeu aquela posição mas, em boa medida, atua como organizador de reivindicações sociais. Seja inercialmente, por sua omissão, seja como interlocutor com o qual as reivindicações são negociadas, seja como centro de elaboração e implementação de políticas, a partir das quais os diversos grupos se posicionam. Desta maneira, as lutas coletivas aparecem mais como reações às intervenções do Estado. As experiências na esfera municipal mostram mesmo que a mudança de governos - tanto os chamados “democráticos e populares” quanto os conservadores - nas prefeituras coincide muitas vezes com a extinção de mobilizações, da relação entre grupos da sociedade civil e o Estado em torno de políticas e até das próprias políticas que já haviam sido implantadas.

Uma tal subordinação é parte de um fenômeno de maior amplitude, ou seja, a interpenetração entre as forças sociais e o Estado, que chega a promover a “colonização do Estado por grupos de interesses”. Assim, tanto o Estado se decompõe quanto as forças sociais perdem capacidade de ação autônoma, aprisionadas em estratégias imediatamente políticas.

Apesar de tais vicissitudes, os movimentos sociais podem ser responsabilizados, não exclusivamente mas em larga medida, pela afirmação de direitos sociais numa perspectiva igualitária e pelo reconhecimento - ainda predominante, não se sabe por quanto tempo - da necessidade de correspondentes políticas sociais de caráter universal. A afirmação destes direitos e desta necessidade está sedimentada na opinião pública e foi incorporada ao espírito da legislação vigente, inaugurada com a Constituição de 1988. As idéias, por exemplo, de que “saúde é um direito de todos”, ou de que escola básica de oito anos é um direito universal não sofrem o estranhamento e a rejeição que já sofreram há não mais de 40 anos. Da mesma forma, estão consagrados os princípios da consulta e da participação popular na definição de políticas públicas, princípios que começam a ser materializados por alguns (poucos) governos. A reforma agrária deixou de ser um dos grandes tabus da vida nacional, tornando-se política de Estado, agora com um consenso favorável a ela, permanecendo em questão a sua forma e ritmo mas não a sua necessidade e urgência. De um modo geral, as prestações do Estado têm caráter distributivo mais explícito - o que não havia - restando superar a sua timidez. Além disso, diversas políticas relativas à condição da mulher, das populações negras e indígenas ou dos portadores de deficiências começam a ser esboçadas.

Finalmente, a atuação educativa dos movimentos no que respeita ao sistema escolar pode ser apreciada em duas de suas vertentes. Uma delas visa a exercer influência sobre a educação que se processa nas escolas, num esforço para que as práticas educativas dos movimentos encontrem reconhecimento e sejam assimiladas (Haddad, 1992). Trata-se menos de métodos de ensino ou de uma pedagogia distintos e muito mais de conteúdos e enfoques de alguns temas. Por exemplo, a Crab (Comissão Regional de Atingidos por Barragens) produziu - com apoio de ONGs - um livro paradidático de educação ambiental e organizou cursos a respeito para professores de escolas municipais situadas nas áreas de atuação do movimento. Ou as iniciativas de grupos do movimento negro para denunciar conteúdos racistas de livros didáticos escolares. Ou ainda o uso de materiais instrucionais (livros e vídeos) de diversos movimentos, como é o caso dos que condenam preconceitos contra

preferências sexuais (Grupo Gay da Bahia) ou promovem educação sexual (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids).

A outra vertente da atuação educativa quanto ao sistema de educação formal é a de realizar, por seus próprios meios, direitos não atendidos por prestações do Estado, como o demonstram a criação de turmas de alfabetização de jovens e adultos (o Brasil concentra 18 milhões analfabetos absolutos com idade a partir de 15 anos, cerca de metade dos analfabetos do Continente) ou as chamadas escolas e creches comunitárias, que atendem majoritariamente a crianças pequenas, servem sobretudo como prestação de guarda nos períodos do dia nos quais os pais têm que trabalhar, mas também procuram preparar seus alunos para o início da escolarização regular.

Esta vertente de atuação educativa é ambígua. Ela surge nos lugares e populações não atendidas por serviços do Estado, embora freqüentemente contem com algum apoio material ou financeiro deste. Na maioria das vezes, cumprem o papel de substituir os deveres estatais, em condições muito mais precárias - do ponto de vista material, técnico e de remuneração dos educadores - que as já difíceis condições em que se realiza a educação escolar pública. Ao contrário das aspirações de vários de seus organizadores (Pontual, 1995), não se configuram como atividades educativas a partir das quais sejam geradas práticas pedagógicas mais adequadas e mobilizações que incorporem estas em linhas de política educacional pública, com condições mínimas para a consecução de serviços satisfatórios e contínuos. A luta para que o Estado assegure os direitos educativos desta maneira é, assim, o maior desafio dos movimentos no campo educacional, no Brasil deste final de século.

[Elie Ghanem, Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, membro da equipe de assessores de Ação Educativa - Pesquisa, Assessoria e Informação.]

Bibliografia

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In : DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90 : política e sociedade no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 81-90
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 46-50, set./dez 1985.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In : ——— (org.). Anos 90 : política e sociedade no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 103-15

DE TOMMASI, Livia. **Em busca da identidade : as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação.** São Paulo, 1996. 302 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Paris I, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo : Cortez, 1992.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **A educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra em Bagé e Sarandi (RS) : estudo de caso.** Brasília : Inep, 1994. (Inovações Educacionais, 2)

HADDAD, Sérgio. **Balanço da educação popular através do ensino público.** La Piragua, Santiago, n. 5, p. 41-3, 1992.

LANDIM, Leilah, COTRIM, Leticia Ligneul. **ONGs : um perfil : cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong).** Rio de Janeiro : Abong ; Iser, 1994.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luíza Erundina : a experiência do MOVA-SP.** São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil : 1991-1995.** São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Critique de la modernité.** Paris : Arthème Fayard, 1992. 462 p.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue : política e sociedade na América Latina.** Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo : Trajetória Cultural ; Campinas : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

Condições e efeitos educativos dos movimentos sociais no Brasil*

Elie Ghanem**

Este artigo pressupõe que as práticas educativas dos atores sociais dominados coincidem, em grande medida, com as práticas mesmas destes atores ao se manifestarem, buscarem adesões e crescerem, bem como apresentarem suas aspirações e propostas aos demais atores sociais. Com este pressuposto, faremos uma breve distinção entre movimentos sociais e movimentos históricos, a fim de evidenciar o caráter dos movimentos predominantes no Brasil contemporâneo. Em seguida, procuraremos mostrar o cenário em que atuam e as dificuldades que apresentam, de modo a concluir que os seus principais desafios são promover a inclusão da maioria da população em relações sociais estruturadas, o que significa sobretudo fazer realizar direitos já consagrados em lei, entre os quais se encontram os próprios direitos à educação.

Um requisito para compreender as atividades educacionais dos movimentos sociais no Brasil, como de resto em outros países, é expôr o sentido atribuído à noção de movimento social. Apesar da abundante literatura existente sobre movimentos sociais (produzida inclusive no Brasil) e do uso recorrente dessa expressão no debate político, falar sobre eles requer um mínimo de explicitação daquilo a que estamos nos referindo¹. Simplesmente abarcar toda e qualquer ação orientada de grupos sociais com aquela expressão implica uma generalização útil à fluência dos discursos mas não contribui em nada na busca de compreensão dos significados daquelas ações. Com esta simplificação, alguns consideram satisfatória a idéia de que a junção entre um grupo social e um problema se transforma em movimento social quando uma situação social vivida em comum se associa a uma vontade coletiva para enfrentá-la, produzindo uma pauta de reivindicações que dá coesão ao grupo².

A insuficiência de idéias como esta se mostra, por exemplo, no tema da mudança social, usualmente associado ao debate sobre movimentos sociais. Aquele tema obriga que se faça ao menos um corte entre os processos sincrônicos (referidos a um mesmo sistema social) e os diacrônicos (que se referem à passagem para um outro sistema social, por exemplo, de uma

* Artigo redigido em São Paulo, em 1997, publicado em 1998 com as seguintes referências: GHANEM, Elie. Social movements in Brazil and their educational work. Hamburg, *International Review of Education*, v. 44, n. 2-3, 1998, p. 177-89.

** Elie Ghanem, Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, membro da equipe de assessores de Ação Educativa - Pesquisa, Assessoria e Informação.

¹ Dentre as diversas linhas teóricas de análise dos movimentos sociais, uma que nos parece de grande proveito é a desenvolvida por Alain Touraine no campo da sociologia da ação. Neste artigo, procuramos nos basear nas idéias deste autor.

² Uma interpretação entre várias deste tipo pode ser encontrada em GHON (1992).

sociedade industrial a uma pós-industrial). Ambos os processos opõem pretensões contrárias de uso dos recursos e dos valores culturais. Numa acepção mais restrita, chamaremos movimentos históricos àqueles que conduzem processos diacrônicos de mudança social (Touraine, 1989). Reservaremos a designação de movimentos sociais aos que se referem a processos sincrônicos de disputa das grandes orientações de um dado sistema social. Sob essas grandes orientações, outras ações podem incidir sobre o sistema político, constituindo grupos de pressão política. Outras, ainda, ocorrem no nível das organizações e são marcadas pelas relações de reciprocidade em torno de normas definidas a partir das diretrizes emanadas do sistema político. Fique claro que um movimento social pode combinar também (e geralmente o faz) a atuação no nível organizacional com pressões políticas.

Mas, fundamentalmente, a noção de movimento social é a do conflito de classes, que tem o movimento operário como paradigma, ou seja, um ator de classe que se opõe a seu adversário pelo controle social da industrialização. Neste paradigma, a auto-definição do ator (identidade), o modo como define seu adversário (oposição) e o objeto da luta (o que está em jogo), são três elementos que se integram e reforçam reciprocamente. Um movimento histórico, por sua vez, apresentando desintegrados estes elementos, tende, por exemplo, a orientar-se para uma luta nacional contra uma sociedade dualizada, ou seja, contra a exclusão e pela integração nacional. Para movimentos deste tipo, o principal problema é mobilizar todos os segmentos possíveis em favor do desenvolvimento do país, diferentemente de estabelecer um conflito contra um adversário de classe sem visibilidade concreta. De toda maneira, deste ponto de vista, analisar um ou alguns movimentos sociais requer, preliminarmente, que se saiba se as ações examinadas podem ser catalogadas sob esse conceito.

Por isso, falar sobre o que faz um movimento social e estabelecer juízos a respeito requer identificar se a ação em questão é um movimento social e não tomá-la como tal *a priori*. Pelo menos que tipo de problema está posto, que imagem o grupo faz de si e como define seu opositor são critérios básicos que, conforme a configuração de cada um e a combinação entre eles, implicará na variação de significados que as ações coletivas orientadas podem adquirir. Como a maior parte das ações coletivas que serão mencionadas aqui não foram previamente submetidas à análise, obrigamo-nos a fazer o que não é recomendável, ou seja, pressupor que são classificáveis em um determinado conceito, considerando-os um conjunto de movimentos históricos.

No caso do Brasil, é importante lembrar que a imposição de mais de vinte anos de regime militar (1964-1984), que comandou um período de

desenvolvimento acelerado e de modernização, fez com que se somassem novos problemas sociais àqueles que já se acumulavam historicamente, ao mesmo tempo em que colocou toda sorte de obstáculos à expressão dos interesses e aspirações que se multiplicavam entre os grupos da sociedade civil. Dado o fechamento do sistema político, o acúmulo daqueles interesses reprimidos, malgrado a sua variedade, fez com que eles convergissem na pressão pela abertura do sistema, assumindo rapidamente um caráter político e uma conotação democratizadora.

Nas várias apreciações que se fizeram sobre esse processo, encontram-se aquelas que supõem que os movimentos sociais protagonizaram a democratização brasileira das últimas duas décadas. Outros autores, sem necessariamente menosprezar a presença desses movimentos, ou mesmo conferindo a eles uma grande importância na dinâmica daquele processo político, entendem que os principais condutores da abertura foram grupos de pressão política articulados em partidos (Cardoso, 1985), boa parte desses grupos com origem social nas classes superiores, economicamente privilegiados e, inclusive, os com orientação francamente conservadora.

Seja como for, as lutas pela abertura de um sistema político fechado levaram à inclusão de um variado leque de grupos numa identidade coletiva oposicionista, simultaneamente à elaboração de outras identidades coletivas particulares características de cada um daqueles grupos. Há quem interprete essa construção de um *nós*, no processo de formação de identidades, como o traço distintivo da dimensão educativa dos movimentos, coincidindo com uma “consciência ativa”, que teria levado ao “aprendizado da organização e da participação”.

Porém, para pensar sobre a dimensão educativa dos movimentos, parece conveniente referir alguns aspectos caracterizadores que os contextualizam e lhes conferem algumas peculiaridades. Primeiro, distinguir dinâmicas que têm lugar nas áreas urbanas das que se localizam na zona rural. Segundo, apontar duas linhas de atuação - em nossa opinião, fortemente relacionadas com processos modernizadores - que atravessam as ações observadas naquelas duas dinâmicas, particularmente as que dizem respeito às preocupações étnicas (sobretudo da população negra) e de gênero. Tais distinções têm apenas caráter descritivo e, como se verá, os movimentos convergem sempre para o problema central da construção de uma nação moderna e sócio-culturalmente integrada.

A emergência dos movimentos de grupos populares observada durante a crise do regime militar, no final dos anos 70, ocorre também num momento em que já se tinham sedimentado importantes transformações econômicas e sociais, uma vez que os governos militares acentuaram a consolidação do

parque industrial e da urbanização. Se no final dos anos 50 a maioria da população era rural, essa situação se inverteu e, trinta anos depois, mais de 70% dos habitantes vive em áreas urbanas. O processo de industrialização se deu paralelamente ao de urbanização, sendo que, em muitos casos, foram processos dissociados. É neste cenário que surgem como problemas sociais as relações trabalhistas pautadas pelos operários (sobretudo metalúrgicos) dos principais centros industriais, assim como as lutas por equipamentos e serviços estatais requeridos pela vida nas cidades. Entre aquelas lutas, alinharam-se as que reivindicavam creches, escolas, unidades de saúde, alfartamento de ruas, saneamento (água e esgoto), eletricidade e iluminação pública, policiamento e, na base de muitas destas lutas, a reivindicação por moradias populares. Estima-se um déficit de 10 milhões de habitações no País e, somente na cidade de São Paulo (com cerca de 9,5 milhões de habitantes), 1 milhão de moradores de favelas e 3,5 milhões que habitam em cortiços³, não obstante seja o município mais rico da Federação. Esse conjunto de problemas se torna particularmente agravado por uma enorme desigualdade na distribuição de renda, amplamente reconhecida como uma das piores do mundo.

Nas zonas rurais, dois tipos de movimentos se sobressaem, os relacionados aos direitos das populações indígenas e os que enfrentam o latifúndio. Ambos têm por base a estrutura fundiária altamente concentradora. Dos seis milhões de estabelecimentos agrícolas, metade são pequenas propriedades, estas somam 10 milhões de hectares (2,69% do solo utilizável). As grandes propriedades abarcam 165 milhões de hectares (44% do solo), entre estas, as que têm mais de mil hectares aproveitam 6,7% de sua área. Os 61 latifúndios com mais de 100 mil hectares aproveitam apenas 0,14% de sua área. Uma tal concentração de propriedade faz com que aqueles dois tipos de movimentos pareçam, à primeira vista, corresponder apenas à barbárie de um mundo rural atrasado.

Mas, no caso dos povos indígenas, o problema essencial do direito à terra se cruza com a temática do auto-desenvolvimento cultural e com a da preservação ambiental. Dado o contato já antigo da maioria destes povos com o mundo dos não-índios, suas relativamente pequenas dimensões demográficas e as pressões crescentes das frentes de expansão econômica sobre as terras e recursos naturais, em nível regional, a correlação de forças lhes é muito desfavorável e seus apoios nos meios de comunicação e nas ONGs (Organizações Não Governamentais) não conseguem revertê-la em longo prazo. Historicamente, o Estado nacional vem impondo um padrão de confinamento progressivo aos povos indígenas, em terras cada vez mais

³ Cortiços são habitações coletivas, freqüentemente são casas grandes e muito antigas em que cada cômodo é alugado para uma ou mais famílias. Em alguns cortiços chegam a morar trinta famílias.

reduzidas. Impedir a destruição de suas tradições num novo patamar de relacionamento com a sociedade envolvente requer a contestação dos modos de expansão socioeconômica, mantendo incólumes terras extensas e contínuas, especialmente nas regiões Norte e Centro-oeste, onde se situam 60% da população indígena atual. Em seu favor, contam em geral com a tradição de manejarem os recursos naturais de maneira branda, o que aproxima seus projetos das estratégias não indígenas de uso sustentado daqueles recursos, abrindo possibilidades de equacionamento do domínio de terras extensas com baixa densidade demográfica. Para os grupos ambientalistas, trata-se de viabilizar parcerias com os próprios índios e, ao mesmo tempo, fazer com que o Estado assumira uma clara política compensatória, fora do padrão neoliberal imperante nas políticas setoriais, de modo a realizar os direitos constitucionais, valorizando a sociodiversidade nativa em correlação com a biodiversidade.

No caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, presente em todo o Brasil), o problema da concentração da propriedade agrária se relaciona de forma aguda com um dos setores mais dinâmicos da economia, o sistema bancário, dado que extensões de terra fantásticamente grandes constituem reservas de valor para hipotecas, empréstimos e especulação financeira. Em última instância, estes interesses sustentam a preservação de uma estrutura fundiária tão injusta.

Tanto na zona rural quanto nas áreas urbanas, os movimentos resistem a uma forte dualização da sociedade, orientam-se para afirmar processos de integração social e para inventar mecanismos que a viabilizem. Assim, de um modo geral, as lutas que predominam no cenário nacional não são próprias de um quadro de relações sociais estruturadas, que corresponderia a movimentos sociais, cujos conflitos colocam em debate exatamente a oposição inegociável sobre as orientações de um conjunto social estruturado. São lutas que, antes, tratam de conformar um conjunto estruturado, no qual a questão central é definir se o desenvolvimento e a sociedade que se estabelecerá em torno dele serão ou não mais inclusivos e igualitários, se manterão ou ampliarão os contingentes de milhões de pessoas marginalizadas. Conceitualmente, as lutas predominantes compõem movimentos históricos e não movimentos sociais. Não se trata, por exemplo, de saber se a política industrial e a gestão das empresas será orientada para favorecer a produção bélica ou a de alimentos, mas se a atividade empresarial poderá se expandir incorporando a maioria da População Economicamente Ativa, pois, mais da metade desta se encontra na chamada economia informal. As relações de trabalho regulamentadas não são assoladas principalmente pela preocupação com as taxas de exploração do trabalho, mas com a possibilidade de integrar pessoas em relações de exploração, já que, estando fora destas relações, os seres

humanos são simplesmente descartados. É fácil perceber isto quando se constata que, entre os movimentos com grande colocação na opinião pública, encontraram-se o movimento em defesa da criança e do adolescente (cujo problema essencial é simbolizado pelos meninos e meninas *de rua*), o movimento dos trabalhadores *sem terra*, ou ainda a Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (campanha contra a fome), em suma, referem-se a grupos sociais que não dispõem das mínimas condições para existir, na cidade ou no campo.

Este conjunto de movimentos marcou claramente a história recente do País. Não obstante, uma vez iniciada a abertura e com a gradativa formação de um sistema institucional democrático, reconquistadas as liberdades fundamentais e consagrados importantes (até inovadores) direitos sociais na Constituição de 1988 e em outros textos legais, tornou-se cada vez mais difundida a percepção de um refluxo e mesmo de uma “crise dos movimentos sociais”, às vezes considerada conjuntural conforme o enfoque de quem a avalie.

De nossa parte, entendemos que são movimentos históricos, enfrentando uma situação de crise e um momento de especial adversidade. Três aspectos deste cenário devem ser ressaltados. Um deles é que boa parte de seus líderes está dividida entre idéias nas quais se formaram como militantes, próprias de teorias revolucionárias (cuja meta é sempre destruir uma ordem) e exigências da prática política em um sistema institucional democrático, regulado por normas legais, uma ordem da qual têm necessidade e têm que preservar, sobretudo porque tais normas são sistematicamente descumpridas pela inoperância do Estado em prover e garantir direitos sociais. Em segundo lugar, embora seja comum a muitos outros países, o distanciamento dos partidos políticos quanto aos grupos sociais e suas relações é particularmente grave no Brasil, não só para que representem interesses sociais claramente definidos mas para que contribuam para esta definição. É certo que o sistema político tem uma autonomia relativa mas, no Brasil, os governantes se elegem mantendo um vínculo meramente formal com os partidos, de modo que as plataformas eleitorais são inconsistentes, as informações sobre políticas públicas e a atuação dos governos são insignificantes e o peso dos meios de comunicação de massa (cujo controle é altamente concentrado) é determinante para traçar o perfil dos candidatos e elegê-los. Em terceiro lugar, é inegável o triunfo dos discursos neoliberais e da maneira devastadora como se materializam. Os governos recentes que, a partir de 1994, obtiveram sucesso no controle da inflação (que chegou a ser a segunda maior do mundo, estando atrás apenas da Rússia) e na estabilização monetária, lograram apoio suficiente para iniciativas de reformas que, por um lado, abrem a economia ao mercado externo ameaçando e mesmo destruindo setores inteiros e, por outro,

perseguindo a fórmula do “Estado mínimo”, transformam empresas estatais em sucata para justificar programas de privatização, ao mesmo tempo em que executam cortes em gastos sociais, já tradicionalmente pequenos em relação às necessidades.

É neste cenário pouco favorável que os movimentos atuam. Além da sua dimensão educativa, dada pelo envolvimento das pessoas em suas ações e pelo contato com seus militantes, os movimentos adotam múltiplas iniciativas mais sistemáticas de educação. Estas iniciativas chegaram a tomar a forma mais constante de centros de formação mas, em sua maioria, realizam-se como cursos, seminários, encontros e debates. De modo geral, todos esses movimentos precisam contar com o apoio de ONGs, seja no levantamento de informações e sistematização dos discursos que compõem os conteúdos de suas práticas educativas, seja mesmo no delineamento dos programas educativos e das formas de sua realização. Não são muito mais que 180 ONGs, de portes variados, que se enquadram na definição genérica de entidades civis sem fins lucrativos, com caráter público de “agentes democráticos do desenvolvimento social, econômico e político”. Pesquisa realizada com 145 delas apontou que 34% se dedicavam a alguma forma de educação, denominada educação popular, educação para a cidadania, capacitação ou educação política (Landim, 1994).

Mencionemos apenas algumas das experiências mais significativas de educação ligadas aos movimentos. Registre-se que, no processo de constituição da Central Única dos Trabalhadores (a maior central sindical do País), criaram-se escolas que atenderam tanto a militantes sindicais quanto a participantes de outros grupos e movimentos. Não é desprezível também o papel educativo da própria imprensa produzida pelo conjunto das organizações sindicais que, entre boletins, folhetos e jornais, alcança uma tiragem mensal de cerca de 12 milhões de exemplares. Além das centrais, os diversos sindicatos mantêm programas de formação de militantes e dirigentes. Os temas desses programas variam da capacitação para o gerenciamento de sindicatos até as práticas de negociação com o patronato, elementos de política econômica e processos de globalização, terceirização e políticas sociais.

O MST montou um sistema próprio de formação e seus programas formam tanto militantes e líderes do movimento quanto professores de escolas públicas situadas nas áreas em que houve invasão de terras, nas quais foram organizados acampamentos e assentamentos⁴. Durante pelo menos quatro anos, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua manteve um centro de formação funcionando em três pólos, correspondentes a três

⁴ Assentamentos são áreas rurais com novos ocupantes, que estão em via de ser seus proprietários, ainda em processo de regulamentação legal.

regiões do País. Este centro atendia a militantes do movimento assim como demais trabalhadores sociais (denominados “educadores”) relacionados com programas de assistência a crianças e adolescentes pobres.

Os programas de educação indígena refletem a variedade e dispersão dessas etnias (são cerca de 206 povos e 170 línguas), mas em geral se voltam para a formação de professores indígenas tendo em vista que estes promovam a educação escolar bilíngüe. Já os movimentos cooperativistas, como o dos trabalhadores do sisal na Bahia ou dos pescadores de Pernambuco, procuram combinar em suas iniciativas educativas tanto a alfabetização de jovens e adultos quanto a capacitação para o gerenciamento de unidades produtivas.

Há certamente movimentos de mulheres, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, que conquistou o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários e prossegue lutando pelo cumprimento e ampliação desses direitos. Esse movimento, aliás, abrange 100 municípios e envolve cerca de 35 mil camponesas. Mas os grupos feministas dificilmente podem ser considerados um movimento específico porque, a rigor, eles atuam colocando em pauta as desigualdades de gênero no interior dos demais movimentos e de alguns partidos políticos.

É certo que alguns destes grupos assumem por si mesmos lutas como as que pretendem afirmar direitos reprodutivos, a exemplo das Católicas pelo Direito de Decidir, que reivindicam legitimidade para o uso de contraceptivos e mesmo do aborto. Outro aspecto importante deste movimento é a denúncia contra a violência doméstica e o esboço de programas públicos de apoio às vítimas. Contudo, convém destacar que a mutação social de grande envergadura que lançou o País na dinâmica urbano-industrial criou novas formas de produção, de consumo e de comunicação. Um processo simultâneo de modernização da cultura (Touraine, 1992) veio a alterar as condutas, inclusive as práticas cotidianas e as relações interpessoais, afetando, portanto, as relações entre os gêneros. É obrigatório reconhecer que, neste processo, os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, jogaram um papel mais importante que os movimentos de mulheres na difusão tanto do questionamento das desigualdades de gênero quanto do direito à diferença, removendo obstáculos à afirmação da identidade feminina, por exemplo, das peculiaridades próprias à sua sexualidade.

A atuação dos movimentos de mulheres guarda importantes analogias com a do incontável número de grupos e organizações que compõem o que se convencionou denominar de movimento negro. A maioria destes grupos combina a denúncia à discriminação com a assistência jurídica às vítimas e

a atuação para que se constitua uma identidade positiva. Em alguns casos, lutam pelo reconhecimento legal de terras remanescentes de *quilombos* (antigas áreas que, durante o período colonial, eram controladas por escravos fugitivos) - o que também compõe estratégias voltadas para aquela identidade positiva - juntamente com a difusão de uma cultura afro-brasileira, envolvendo principalmente expressões artísticas e práticas religiosas.

Como se vê, boa parte das atividades dos movimentos são esforços tendo em vista alterar a opinião pública, por isso, tais atividades têm ao mesmo tempo caráter educativo. O Fórum Nacional contra a Violência no Campo, por exemplo, pretende que a segurança se transforme em assunto público e não apenas estatal. Ele luta para que o poder público reconheça a segurança como direito fundamental de cidadania, inverta o evidente privilégio dado à defesa do patrimônio em detrimento das garantias de vida, supere o corporativismo dos órgãos de Estado, a ineficiência do poder Judiciário e a falência do sistema penitenciário. Embora interprete os meios de comunicação de massa como “criadores e manipuladores de verdades” e “produtores e reprodutores da cultura da violência” e de “concepções antidemocráticas de segurança”, o Fórum vê também aliados em alguns veículos de comunicação, pouco ou mal utilizados pelo movimento. Esta mobilização educativa aspira a um política pública de segurança que conte com participação em sua elaboração e fiscalização, seja democrática (atenda ao conjunto da população), tenha caráter preventivo e não apenas repressivo, adequando a legislação nacional às normas internacionais.

O terreno de um sistema político democrático coloca para os movimentos a necessidade de as categorias específicas que os compõem irem além de interesses particulares, afirmando sua capacidade de formar políticas gerais de reorganização ou transformação da vida social. Assim, seus programas educativos se debatem com duas frentes fundamentais de atuação: modificar a opinião pública e capacitar à elaboração de políticas públicas. Duas frentes que, aliás, perdem muito em eficácia se estiverem dissociadas.

A magnitude destes desafios pode ser apreciada, por exemplo, com os movimentos por moradia, que agregam populações de baixíssima renda e condições correlatas de marginalidade, como acesso deficiente a serviços básicos de saúde e educação. Tais movimentos têm que enfrentar a prática generalizada da especulação imobiliária nos centros urbanos, o poder impressionante do capital imobiliário, a necessidade de reordenamento territorial, de ocupação dos vazios urbanos, de modificação dos ritos processuais jurídicos relativos à propriedade e uso do solo urbano, bem como a compatibilização de políticas urbana, habitacional e territorial.

É compreensível que desafios deste porte sejam enfrentados de maneira incipiente e acidentada. Ilustrativa de diversos outros é a ação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que abrange dez municípios da região de Feira de Santana (estado da Bahia), buscando influir na gestão municipal a partir da mobilização popular durante a elaboração das leis orgânicas (a lei orgânica do município é a lei maior desta esfera de governo). Paralelamente, o MOC desenvolvia um projeto de capacitação de professores alfabetizadores, envolvendo tanto grupos de base quanto prefeituras e uma universidade estadual. Deste patamar, o movimento procura aumentar sua capacidade de negociação e suprir a necessidade de estabelecer com o poder público uma relação tanto favorável quanto sistemática.

Algumas condições institucionais importantes para a interlocução dos movimentos com órgãos do Estado foram criadas nos últimos anos, na esfera municipal, estadual e federal. Trata-se de diversos conselhos de composição paritária, com representantes governamentais e não governamentais, criados no âmbito do poder Executivo, como, entre outros, os conselhos de assistência social e os conselhos de direitos da criança e do adolescente. Estes últimos, oficialmente, têm a atribuição essencial de definir diretrizes de políticas sociais básicas (como as de saúde e educação). A maioria desta espécie de conselhos tem existência simplesmente formal. Os demais configuram arenas de negociação e, por isto, os programas educativos dos movimentos têm procurado abordar tanto os direitos consagrados na legislação e o funcionamento dos órgãos estatais a eles relacionados quanto os problemas aos quais as políticas setoriais têm que responder (De Tommasi, 1996).

Os movimentos passaram do apelo à autonomia - nos anos 70-80, durante o regime militar - à desorientação, sob o regime democrático. Mas, ao longo da história do Brasil, um traço característico dos movimentos, persistente entre os movimentos contemporâneos, é a sua subordinação às ações do Estado e às intervenções das forças políticas. Daí os muitos casos de limites pouco nítidos entre Estado e sociedade civil. Por muito tempo, o Estado foi sobretudo agente de desenvolvimento econômico. Após a “década perdida” dos anos 80, o Estado perdeu aquela posição mas, em boa medida, atua como organizador de reivindicações sociais. Seja inercialmente, por sua omissão, seja como interlocutor com o qual as reivindicações são negociadas, seja como centro de elaboração e implementação de políticas, a partir das quais os diversos grupos se posicionam. Desta maneira, as lutas coletivas aparecem mais como reações às intervenções do Estado. As experiências na esfera municipal mostram mesmo que a mudança de governos - tanto os chamados “democráticos e populares” quanto os conservadores - nas prefeituras coincide muitas vezes com a extinção de

mobilizações, da relação entre grupos da sociedade civil e o Estado em torno de políticas e até das próprias políticas que já haviam sido implantadas.

Uma tal subordinação é parte de um fenômeno de maior amplitude, ou seja, a interpenetração entre as forças sociais e o Estado, que chega a promover a “colonização do Estado por grupos de interesses”. Assim, tanto o Estado se decompõe quanto as forças sociais perdem capacidade de ação autônoma, aprisionadas em estratégias imediatamente políticas.

Apesar de tais vicissitudes, os movimentos históricos que se configuraram nos últimos 15 anos podem ser responsabilizados, não exclusivamente mas em larga medida, pela afirmação de direitos sociais numa perspectiva igualitária e pelo reconhecimento - ainda predominante, não se sabe por quanto tempo - da necessidade de correspondentes políticas sociais de caráter universal. A afirmação destes direitos e desta necessidade está sedimentada na opinião pública e foi incorporada ao espírito da legislação vigente, inaugurada com a Constituição de 1988. As idéias, por exemplo, de que “saúde é um direito de todos”, ou de que escola básica de oito anos é um direito universal não sofrem o estranhamento e a rejeição que já sofreram há não mais de 40 anos. Da mesma forma, estão consagrados os princípios da consulta e da participação popular na definição de políticas públicas, princípios que começam a ser materializados por alguns (poucos) governos. A reforma agrária deixou de ser um dos grandes tabus da vida nacional, tornando-se política de Estado, agora com um consenso favorável a ela, permanecendo em questão a sua forma e ritmo mas não a sua necessidade e urgência. De um modo geral, as prestações do Estado têm caráter distributivo mais explícito - o que não havia - restando superar a sua timidez. Além disso, diversas políticas relativas à condição da mulher, das populações negras e indígenas ou dos portadores de deficiências começam a ser esboçadas.

Finalmente, a atuação educativa dos movimentos no que respeita ao sistema escolar pode ser apreciada em duas de suas vertentes. Uma delas visa a exercer influência sobre a educação que se processa nas escolas, num esforço para que as práticas educativas dos movimentos encontrem reconhecimento e sejam assimiladas (Haddad, 1992). Trata-se menos de métodos de ensino ou de uma pedagogia distintos e muito mais de conteúdos e enfoques de alguns temas. Por exemplo, a Crab (Comissão Regional de Atingidos por Barragens) produziu - com apoio de ONGs - um livro paradidático de educação ambiental e organizou cursos a respeito para professores de escolas municipais situadas nas áreas de atuação do movimento. Ou as iniciativas de grupos do movimento negro para denunciar conteúdos racistas de livros didáticos escolares. Ou ainda o uso de materiais

instrucionais (livros e vídeos) de diversos movimentos, como é o caso dos que condenam preconceitos contra preferências sexuais (Grupo Gay da Bahia) ou promovem educação sexual (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids).

A outra vertente da atuação educativa quanto ao sistema de educação formal é a de realizar, por seus próprios meios, direitos não atendidos por prestações do Estado, como o demonstram a criação de turmas de alfabetização de jovens e adultos (o Brasil concentra 18 milhões analfabetos absolutos com idade a partir de 15 anos, cerca de metade dos analfabetos do Continente) ou as chamadas escolas e creches comunitárias, que atendem majoritariamente a crianças pequenas, servem sobretudo como prestação de guarda nos períodos do dia nos quais os pais têm que trabalhar, mas também procuram preparar seus alunos para o início da escolarização regular.

Esta vertente de atuação educativa é ambígua. Ela surge nos lugares e populações não atendidas por serviços do Estado, embora freqüentemente contem com algum apoio material ou financeiro deste. Na maioria das vezes, cumprem o papel de substituir os deveres estatais, em condições muito mais precárias - do ponto de vista material, técnico e de remuneração dos educadores - que as já difíceis condições em que se realiza a educação escolar pública. Ao contrário das aspirações de vários de seus organizadores (Pontual, 1995), não se configuram como atividades educativas a partir das quais sejam geradas práticas pedagógicas mais adequadas e mobilizações que incorporem estas em linhas de política educacional pública, com condições mínimas para a consecução de serviços satisfatórios e contínuos. A luta para que o Estado assegure os direitos educativos desta maneira é, assim, o maior desafio dos movimentos no campo educacional, no Brasil deste final de século.

Bibliografia

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In : DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90** : política e sociedade no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 81-90
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 46-50, set./dez 1985.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In : ----- (org.). **Anos 90** : política e sociedade no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 103-15

- DE TOMMASI, Livia. **Em busca da identidade** : as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação. São Paulo, 1996. 302 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Paris I, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo : Cortez, 1992.
- HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **A educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra em Bagé e Sarandi (RS)** : estudo de caso. Brasília : Inep, 1994. (Inovações Educacionais, 2)
- HADDAD, Sérgio. Balanço da educação popular através do ensino público. *La Piragua*, Santiago, n. 5, p. 41-3, 1992.
- LANDIM, Leilah, COTRIM, Leticia Ligneul. **ONGs : um perfil : cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong)**. Rio de Janeiro : Abong ; Iser, 1994.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luíza Erundina** : a experiência do MOVA-SP. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil : 1991-1995**. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. **Critique de la modernité**. Paris : Arthème Fayard, 1992. 462 p.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue** : política e sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo : Trajetória Cultural ; Campinas : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.